

TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2018, o Grupo Neoenergia apresentou resultados econômico-financeiros sólidos e ampliou seus negócios. Neste ano, a Neoenergia manteve o plano de investir continuamente na melhoria e na expansão da sua rede elétrica, além da ampliação de seu parque gerador, com um volume total de R\$ 4,4 bilhões investidos, sobretudo para atender os 13,8 milhões de clientes de suas quator distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro) – um universo de mais de 34 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira. Os resultados obtidos em 2018, e que passamos agora a apresentar, nos encorajam a prosseguir com o firme compromisso com a satisfação dos nossos clientes e com o desenvolvimento do Brasil.

Chegamos ao final de 2018 com o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 4,6 bilhões, aumento de 47% em relação a 2017. Entre os fatores que impactaram positivamente esse resultado estão a incorporação plena da Elektro Holding as revisões tarifárias de Coelba e Cosern, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em abril, e ainda os reajustes anuais de Celpe e Elektro, ocorridos, respectivamente, em abril e agosto. A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 27% e chegou a R\$ 26,0 bilhões. Já o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores saltou de R\$ 406 milhões, em 2017, para R\$ 1,5 bilhão em 2018, um aumento de 278%.

Passamos a atuar em 18 estados brasileiros em 2018, sobretudo devido à expansão de nosso segmento de Transmissão, que dobrou de tamanho com a conquista, em dezembro, de quatro dos 16 lotes no leilão 04/2018 promovido pela Aneel. Fomos o maior destaque do certame, arrematando os lotes 1 (o maior em disputa), 2, 3 e 14, que incluem linhas e subestações nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em Distribuição, os investimentos de R\$ 3,5 bilhões, dedicados à modernização e expansão de nossa rede, trouxeram bons resultados em indicadores de qualidade. Pela primeira vez, desde 2009, todas as distribuidoras do grupo ficaram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel para o indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC).

Importante destacar também os avanços nos projetos de inovação em Fernando de Noronha (PE) e de smart grid em Atibaia (SP). Em Noronha, a instalação do sistema de armazenamento da energia elétrica produzida pelas duas usinas solares. Já com relação ao projeto Energia do Futuro, em Atibaia e região, a implantação de uma rede privada de banda larga sem fio para operação de sistema elétrico atenderá a mais de 75.000 residências e empresas na região.

No segmento de Geração, fato marcante foi a conclusão das obras da UHE Baixo Iguaçu, no oeste paranaense. Com 350 MW de capacidade instalada, a usina foi autorizada pela Aneel, em janeiro de 2019, a colocar na fase de testes sua primeira turbina. O desenvolvimento do Complexo Eólico da Paraíba também merece destaque. Com a conquista, em dezembro de 2017, de nove parques em leilão da Aneel, a Neoenergia avançou em 2018 na implantação de um dos mais importantes complexos de geração eólica do país, com 18 parques no total. Lançado em novembro, com a inauguração da iluminação do Forte de Cinco Pontas em Recife, o Instituto Neoenergia consolida o braço de atuação social do grupo, reunindo todas as nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais, sob a égide dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Para coroar um ano promissor, a Neoenergia ficou em primeiro lugar no ranking Transparência em Relatórios Corporativos 2018, entre as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do Brasil, feito pela Transparência Internacional. A nota média das empresas foi de 5,7, em uma escala de 0 a 10. A Neoenergia, cumprindo 100% dos requisitos avaliados, recebeu a nota máxima. Esse prêmio nos enche de orgulho, pois consagra a transparência e a correção com que demonstramos, como agora, nossos resultados anuais a nossos acionistas e à sociedade em geral.

1. A TERMOPE

A TERMOPERNAMBUCO S.A. (“TERMOPE”) é uma companhia de capital aberto com 100% de participação da Neoenergia S.A., a usina termelétrica, cuja operação comercial iniciou em maio de 2004, e a correspondente linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2018 a Estrutura Societária da Companhia era composta por 100% de participação da Neoenergia.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

Em 2018, a economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas tanto por eventos internos quanto externos. Externamente, a guerra comercial entre EUA e China e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleram a economia mundial. Internamente, a greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições frustraram as expectativas de crescimento.

Conforme dados do boletim Focus, a previsão de aumento do PIB brasileiro no início de 2018 estava na faixa de 2,7%. Em junho, após a greve, a expectativa de crescimento já havia reduzido para 1,5% e, sem mostrar sinais de recuperação, fechou o ano com uma expectativa de apenas 1,3% de crescimento em relação ao ano anterior.

O saldo da balança comercial foi positivo, apesar de um resultado agregado anual inferior ao de 2017. Foi registrado um superávit de, aproximadamente R\$ 58 bilhões, condizente com as previsões do Governo que esperava, no início de 2018, um superávit em torno de R\$ 50 bilhões. Esse saldo foi resultado de um aumento de 10,2% no nível de exportações e de 20,2% nas importações, em comparação a 2017.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, um dos indicadores que medem o nível de inflação no Brasil, iniciou o ano com previsão de 3,93% para 2018 e se manteve estável, terminando o ano com uma expectativa de 3,69%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central do Brasil. No entanto, o preço dos combustíveis, em particular do diesel, manteve a tendência crescente iniciada em 2017. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre.

O IBOVESPA, índice que reflete o comportamento do mercado de ações brasileiro, acumulou uma variação positiva de 15,03% em 2018. Apesar de apresentar oscilações, registrando um valor mínimo de 69.068,77 pontos em junho, seguiu um ritmo de alta e alcançou a máxima do ano, 91.242,22 pontos, no pregão de 03 de dezembro. O índice fechou o ano em R\$8.887,26 pontos.

As projeções para 2019 se mantêm constantes. O Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária – COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA situe-se em torno dos 3,9% em 2019.

No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial e outros), puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2018, a hidrologia apresentou uma recuperação quando comparada aos anos anteriores, porém ainda foram observados valores de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD elevados no segundo semestre do ano, atingindo o valor máximo nos meses de julho e agosto. O PLD máximo no ano de 2018 foi de R\$ 505,18/MWh.

É importante destacar o crescimento da geração eólica no Brasil, o que reduz dependência da hidrologia e a pressão por geração de energia das hidráulicas e térmicas.

Com relação à operação do Sistema Interligado Nacional, deve-se ressaltar que foi observado aumento significativo da geração de energia oriunda das usinas eólicas, responsável pelo atendimento de aproximadamente 9% da demanda por energia no Brasil. Sobre a capacidade instalada, foi atingido o valor de 14,2 GW no ano de 2018, o que representa um crescimento de 15% quando comparado ao final de 2017. Com o montante atual, a energia eólica já representa 8% da matriz de capacidade instalada, o que mostra a gradativa inserção dessa fonte em nossa matriz. Ainda sobre geração Eólica, segundo dados do Operador Nacional do Sistema – ONS, no dia 13 de setembro de 2018, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 8.665 MWmédios, com um fator de capacidade de 86%. A quantidade de energia gerada pelos ventos foi de 2.319 MWmédios superiores na comparação ao recorde de 2017, quando o total gerado foi de 6.346 MWmédios, no dia 14 de setembro.

Em julho deste ano foi publicada a Resolução Normativa nº 822/2018, que altera os procedimentos para prestação de serviços anclares, que são serviços não associados ao fornecimento de energia elétrica, mas cuja prestação é indispensável para a garantia da segurança, qualidade, estabilidade e confiabilidade do sistema. Esta norma regulamenta o despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa: o despacho de unidades geradoras de usinas termelétricas despachadas centralizadamente, com vistas a preservar a reserva de potência operativa nas unidades geradoras hidráulicas participantes do controle automático de geração.

Termelétricas interessadas em participar desse mecanismo devem assinar o Contrato de Prestação de Serviços Ancilares (CPSA). O limite de preço é de 130% do CVU vigente. Os pagamentos do serviço anclar serão realizados por meio de Encargo de Serviço de Sistema (ESS).

A Neoenergia está avaliando a possibilidade da participação de Termopernambuco neste processo. Em outubro foi aberta pelo Ministério de Minas e Energia a Consulta Pública nº 61, estabelecendo diretrizes para um Leilão de Potência associada à energia de reserva. Os principais pontos abordados nessa consulta foram:

- Contratação de energia de forma regionalizada;
- Contratos de potência associada à energia de reserva específico para usinas termelétricas à gás natural.

Até o fechamento desse relatório, ainda não tinha sido publicado o resultado dessa consulta Pública. Dando sequência aos destaques de 2018, há dois Projetos de Lei, um no Senado (PLS 232/2016) e outro na Câmara dos Deputados (PL 1.917/2015), que tratam do aprimoramento do marco legal do setor elétrico brasileiro. Ambos os projetos tratam de temas discutidos em 2017, no âmbito da Consulta Pública nº 33, tal como redução gradual dos limites para migração dos consumidores cativos para o mercado livre. Tais temas ainda estão em discussão e ainda não é possível vislumbrar quais impactos trariam para Termopernambuco.

O ano de 2018 terminou sem solução para a judicialização do risco hidrológico. Embora duas decisões judiciais tenham sido revogadas, os valores referentes ao período anterior a fevereiro de 2018 ainda estão pendentes, o que representa quase R\$ 7 bilhões. Dessa forma, todos os agentes que não possuem liminar têm percebido uma inadimplência próxima a 100% na liquidação das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Com relação ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD em intervalos horários, a implantação foi postergada de janeiro de 2019 para, em princípio, janeiro de 2020. Essa data deverá ser confirmada até 31 de julho de 2019. Em janeiro de 2019 terá início uma nova fase da “operação sombra”, em função de vários aperfeiçoamentos feitos nos modelos computacionais ao longo de 2018.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UTE TERMOPE trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e sua posterior devolução por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas é capaz de gerar uma potência elétrica de 532 MW médios.

Durante todo o ano de 2018 a UTE TERMOPE esteve 86% do tempo despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A geração bruta de energia foi de 3.623 GWh em 2018, alcançando disponibilidade verificada de 91% no ano.

5. INVESTIMENTOS

Em 2018 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 51,4 visando o aumento da confiabilidade e eficiência da usina, destacando-se:

- Aquisição de um rotor sobressalente para as turbinas a gás.
- Melhorias na planta e substituição de equipamentos em fim de vida útil.
- Ampliação do estoque de peças sobressalentes para aumento da disponibilidade e da segurança operacional.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado do Ano

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS¹	2018	2017	2018 X 2017	
			R\$	%
Receita Bruta	1.355.288	1.496.870	(141.582)	(9,46%)
(-) Deduções da Receita Bruta	(325.235)	(331.636)	6.401	(1,93%)
Receita Operacional Líquida	1.030.053	1.165.234	(135.181)	(11,60%)
Custos não gerenciais	(592.466)	(749.825)	157.359	(20,99%)
Custos gerenciais	(149.795)	(94.618)	(55.177)	58,32%
Equivalência patrimonial	27.028	56.732	(29.704)	(52,36%)
EBITDA	314.820	377.523	(62.703)	(16,61%)
Amortização / Depreciação	(45.500)	(45.553)	53	(0,12%)
Amortização de mais-valia	(31.149)	(31.149)	-	-
Resultado Financeiro	(141.411)	(173.984)	32.573	(18,72%)
Lucro antes dos impostos	96.760	126.837	(30.077)	(23,71%)
IR e CSL	(24.241)	(32.952)	8.711	(26,44%)
Lucro (Prejuízo) do Período	72.519	93.885	(21.364)	(22,76%)
(1) Valores em R\$ mil				

6.2. Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA¹	2018	2017	2018 X 2017	
			R\$	%
Fornecimento de energia elétrica	1.182.751	1.180.468	2.283	0,19%
Energia elétrica curto prazo - CCEE	171.703	315.585	(143.882)	(45,59%)
Outras receitas operacionais	834	817	17	2,08%
Receita Operacional Bruta	1.355.288	1.496.870	(141.582)	(9,46%)
(1) Valores em R\$ mil				

A Companhia apresentou em 2018 uma Receita Bruta de R\$ 1.355.288 mil, uma retração de R\$ 141.582 mil quando comparado ao mesmo período de 2017 (R\$1.496.870 mil). Esta variação deve-se, especialmente, à redução expressiva de R\$ 143.882 mil da receita proveniente do mercado spot (CCEE), em função das liquidações negativas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) devido à diminuição do PLD médio de 2017 (R\$ 351,09) para 2018 (R\$ 188,59).

6.3. Custos e Despesas Operacionais

Em 2018, a Companhia registrou uma redução de R\$ 102.235 mil dos custos e despesas operacionais quando comparado a 2017, equivalente a 11,49%. Os principais fatores estão discriminados abaixo:

i. A redução de R\$ 99.623 mil no custo com Energia Comprada para Revenda em relação a 2017 re-trata, principalmente, o impacto da redução no volume energético transacionado, já que em 2017 foram efetuadas compras para compensar a parada de manutenção da usina durante julho/2017, além de compra de lastro em setembro/2017. Em 2018, tivemos apenas uma parada para manutenção programada, que fez necessária a aquisição de um volume menor de energia para revenda para cobrir o período em relação a 2017.

ii. O custo com combustível para produção de energia contribuiu com uma redução de R\$58.549 mil. Essa variação ocorreu em função de o consumo de combustível ter sido menor devido ao maior número de paradas de manutenção em plataforma de gás da Petrobrás em 2018 em comparação a 2017 (15 dias, em agosto, 21 dias em novembro e todo o mês de dezembro no ano de 2018).

iii. A despesa com pessoal registrou aumento em R\$ 9.783 na comparação entre os anos, devido à transferência de todos os colaboradores da Elektro O&M (empresa de operação e manutenção da Elektro) para a Termopernambuco em abril/18.

iv. A conta de material apresentou um aumento de R\$ 6.964 mil, refletindo a aquisição de maior volume de materiais para a manutenção programada ocorrida em agosto de 2018.

v. Em 2018 o valor de outros custos gerenciais apresentou variação negativa de R\$ 45.978 mil. Essa variação deve-se a uma reclassificação, ocorrida em 2017, referente à indenização no valor de R\$ 43.791 do seguro de um sinistro da turbina TG1 (ocorrido em 2015). O valor saiu da conta de outras receitas para ser redutor da linha de outros custos em 2017.

6.4. EBITDA (LAJIDA)

A TERMOPE apurou em 2018 o EBITDA de R\$ 314.820 mil com redução de 16,61%, equivalente a R\$ 62.703 mil, em relação ao ano anterior. A margem EBITDA em 2018 foi de 30,56%, apresentando um decréscimo de 1,84 p.p. em relação ao ano de 2017.

6.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido da TERMOPE foi de R\$ 141.411 mil, o que representou uma melhora de 18,72% (R\$ 32.573) quando comparado com o exercício de 2017.

Para as linhas de Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos a melhora de R\$ 57.729 mil no resultado líquido dessas linhas foi devido aos seguintes fatores:

i. A queda do CDI – principal indexador da dívida consolidada – resultou em redução do custo médio da dívida, registrando uma variação favorável de R\$ 66.329 mil nas despesas financeiras com dívida no ano de 2018 em comparação com 2017.

ii. Em 2018 houve uma redução de 0,3% no volume médio de dívida da empresa em relação ao ano anterior, representando uma variação favorável de R\$ 1.172 mil, em comparação com 2017.

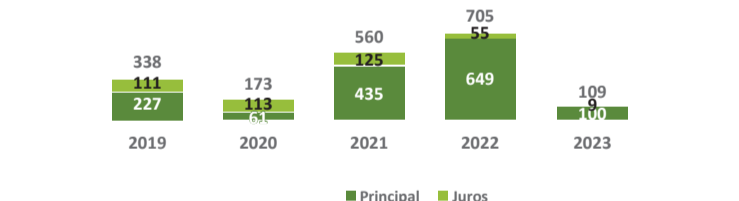
iii. Em contrapartida, marcação a mercado de derivativo representou uma variação desfavorável de R\$ 9.772 mil nas despesas financeiras com dívida em 2018 em comparação com 2017. Para a linha de Receita de Aplicações Financeiras o resultado negativo comparado ao ano de 2017, de R\$ 322 mil foi devido: a redução de 3,67 pontos percentuais no CDI acumulado no ano, impactando negativamente a renda de aplicação financeira em R\$ 7.727 mil. Em contrapartida, houve o crescimento do volume das disponibilidades, impactando positivamente em R\$ 7.405 mil.

Índices	2018	2017	Δ	%
CDI	6,26%	9,93%	-3,67%	-36,96%
TJLP	6,72%	7,12%	-0,40%	-5,62%
USD	3,8748	3,308	0,57	17,13%
IPCA	3,75%	2,95%	0,80%	27,12%

6.6. Endividamento

Em Dezembro de 2018, a dívida bruta da TERMOPE, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 1.280 milhões (dívida líquida R\$ 1.033 milhões), apresentando uma redução de 14% (R\$ 209 milhões) em relação a Dezembro de 2017. Em relação a segregação do saldo devedor, a TERMOPE possui 82,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 17,5% no curto prazo.

O gráfico, a seguir, apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



7. PRÁTICAS DE GESTÃO

7.1. Remuneração de Acionistas

Em 2018, a Companhia não deliberou ou pagou proventos.

7.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. O Sistema de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia, reúne as normas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

É integrado atualmente por quatro representantes titulares e respectivos suplentes dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por até cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se sempre que convocados.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

7.3. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza regularmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2018, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo participação de 88%. Os resultados apontaram que 95% dos participantes sentem orgulho de fazer parte do Grupo Neoenergia. Os resultados estimularam a criação de planos de ações de melhoria a serem implementados ao longo de 2019. Algumas já foram iniciadas ainda em 2018, a exemplo da criação do Comitê de Pessoas que, entre outros objetivos, visa empenhar-se em fazer com que sejam executadas as ações sinalizadas pela Pesquisa de Clima.

Em 2018, foram investidos R\$ 55.879,97 em atividades de desenvolvimento de pessoas. O Grupo Neoenergia investiu em seu público operacional por meio da sua Escola de Eletricistas. Este projeto, em desenvolvimento, tem o propósito de formar pessoas da comunidade como eletricistas de rede de distribuição. Em 2018, também foi criado o Programa Educadores com o objetivo de promover a multiplicação do conhecimento e a capacitação dos colaboradores por meio da valorização dos nossos talentos internos. Adicionalmente, focado no desenvolvimento da liderança, foi criado o Lídera, que oferece diversos conteúdos por meio de uma plataforma digital e encontros presenciais. O Grupo conscientizou a vida das pessoas por meio de trabalhos sociais. Os colaboradores tiveram a oportunidade de participar do Programa de Voluntariado Iberdrola, implantado para todo Grupo pela primeira vez em 2018 com várias ações desenvolvidas ao longo de ano.

Em 2018 houve ainda a implantação do Yammer, uma plataforma digital que possibilita a interação entre os colaboradores de todas as empresas do Grupo Iberdrola no mundo, entre elas o Grupo Neoenergia.

8. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está expressa na sua missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas, para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”. A atuação do grupo nesse tema está alinhada com a política de Responsabilidade Social Corporativa, que norteia o modelo de negócio para o cumprimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Em 2018, as Políticas de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. A Política de Sustentabilidade abrange os princípios básicos que todas as empresas devem cumprir e que configuram um marco de referência para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como focos principais os ODS relacionados ao Acesso à Energia Limpa (7) e Combate a Mudanças Climáticas (13).

Na luta contra as mudanças climáticas, a Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança, tendo como objetivo contribuir para um futuro sustentável e de baixo carbono, minimizando o impacto ambiental de suas operações.

Em 2018, o Grupo renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado a partir da metodologia da Global Reporting Iniciative (GRI).

8.1. Educação e cultura

Na área de educação, as principais atuações do Grupo Neoenergia, em 2018, foram em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o UNICEF, por meio de programas voltados para a correção do fluxo escolar e à capacitação de professores do ensino fundamental em uma metodologia inovadora voltada às práticas pedagógicas.

As ações educativas para comunidades com foco em segurança com a rede elétrica também fizeram parte da atuação do grupo em 2018, reafirmando o compromisso com a integridade e segurança das pessoas.

8.2. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Entre as ações que merecem destaque em 2018 estão o projeto Vale Luz, que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia.

A área de Eficiência Energética também desenvolve projetos educativos nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Além disso, a área promove a eficiência de prédios públicos na área de concessão das distribuidoras do grupo.

8.3. Inovação

O ano de 2018 reforçou a importância da Inovação para o Grupo Neoenergia, seguindo as diretrizes globais e as tendências do setor. O modelo caracteriza-se por ser descentralizado, reforçando a autonomia das áreas de negócio dentro da estratégia de inovação da companhia, e aberto, com a crescente interação com diferentes agentes. O fortalecimento da cultura e a geração de valor se estabelecem por meio de parcerias em nossos ambientes de atuação, abrangendo instituições de ensino, centros de pesquisa, hubs de inovação, startups e instituições públicas e privadas.

Por meio da Elektro,

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO	2018				2017			
	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Receita Líquida (RL)	1.030.053				1.165.234			
Resultado Operacional (RO)	238.171				300.821			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	12.330				2.547			
Valor Adicionado Total (VAT)	665.552				721.475			

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	2018				2017			
					RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	421	3,41%	0,04%	0,06%	15	0,59%	0,00%	0,00%	421	3,41%	0,04%	0,06%
Encargos sociais compulsórios	2.100	17,03%	0,20%	0,32%	425	16,69%	0,04%	0,06%	2.100	17,03%	0,20%	0,32%
Previdência privada *	190	1,54%	0,02%	0,03%	77	3,02%	0,01%	0,01%	190	1,54%	0,02%	0,03%
Saúde	717	5,82%	0,07%	0,11%	130	5,11%	0,01%	0,02%	717	5,82%	0,07%	0,11%
Segurança e saúde no trabalho	61	0,49%	0,01%	0,01%	237	9,31%	0,02%	0,03%	61	0,49%	0,01%	0,01%
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	56	0,45%	0,01%	0,01%	27	1,08%	0,00%	0,00%	56	0,45%	0,01%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	326	2,64%	0,03%	0,05%	4	0,14%	0,00%	0,00%	326	2,64%	0,03%	0,05%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	6	0,05%	0,00%	0,00%	13	0,52%	0,00%	0,00%	6	0,05%	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	543	4,40%	0,05%	0,08%	-20	-0,79%	0,00%	0,00%	543	4,40%	0,05%	0,08%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	155	6,09%	0,01%	0,02%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	4.420	35,85%	0,43%	0,66%	1.064	41,76%	0,09%	0,15%	4.420	35,85%	0,43%	0,66%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	2018				2017			
					RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	13.672	5,74%	1,33%	2,05%	9.856	3,28%	0,85%	1,37%	13.672	5,74%	1,33%	2,05%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	13.672	5,74%	1,33%	2,05%	9.856	3,28%	0,85%	1,37%	13.672	5,74%	1,33%	2,05%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	348.370	146,27%	33,82%	52,34%	366.624	121,87%	31,46%	50,82%	348.370	146,27%	33,82%	52,34%
Total - Indicadores sociais externos	362.042	152,01%	35,15%	54,40%	376.480	125,15%	32,31%	52,18%	362.042	152,01%	35,15%	54,40%

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	2018				2017			
					RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	(x) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2018				2017			
	Nº de empregados(as) ao final do período	Nº de admissões durante o período	Nº de desligamentos durante o período	Nº de empregados(as) terceirizados	Nº de empregados(as) ao final do período	Nº de admissões durante o período	Nº de desligamentos durante o período	Nº de empregados(as) terceirizados
Nº de empregados(as) ao final do período	54	-	-	954	5	-	-	954
Nº de admissões durante o período	-	1	-	-	-	1	-	-
Nº de desligamentos durante o período	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados(as) terceirizados	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	11	-	-	-	1	-	-	-
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:	54	-	-	-	5	-	-	-
menores de 18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
de 18 a 35 anos	22	-	-	-	2	-	-	-
de 36 a 60 anos	32	-	-	-	3	-	-	-
acima de 60 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:	54	-	-	-	5	-	-	-
analfabetos	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino fundamental	-	-	-	-	2	-	-	-
com ensino médio	-	-	-	-	32	-	-	-
com ensino técnico	-	-	-	-	9	-	-	-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2018		2017	
	Nº total de acidentes de trabalho		Nº total de acidentes de trabalho	
com ensino superior	10		5	
pós-graduados	1		-	
Nº de empregados por sexo:	54		5	
homens	42		2	
mulheres	12		3	
% de cargos de chefia por sexo:	100%		100%	
homens	13%		100%	
mulheres	88%		0%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	14		1	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%		0%	
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-		-	
Remuneração bruta segregada por:	3.355		1.650	
Empregados	3.422		791	
Administradores	-67		859	
Terceirizados	-		-	
Autônomos	-		-	

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerência () todos (as) os empregados (as)		() direção () direção e gerência () todos (as) os empregados (as)	
	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerência (x) todos(as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)	() direção e gerência (x) todos(as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)	() direção e gerência (x) todos(as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve (x) apoia () organiza e incentiva	() não se envolve (x) apoia () organiza e incentiva	() não se envolve (x) apoia () organiza e incentiva	() não se envolve (x) apoia () organiza e incentiva

Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
Na Empresa	-	-
No Procon	-	-
Na Justiça	-	-
% das reclamações e críticas solucionadas:		
Na Empresa	0%	0%
No Procon	0%	0%
Na Justiça	0%	0%

Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	-	-
Contingências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:	9	29
movidos contra a entidade	3	22
judgados procedentes	-	-
judgados improcedentes	6	7
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça	-	-
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)	665.552	721.475
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Ao Governo (%)	52,66%	50,87%
Aos Colaboradores (%)	1,54%	0,29%
Aos Acionistas (%)	10,90%	13,01%
A terceiros (%)	34,53%	35,88%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES		
CNPJ: 03.795.050/0001-09		
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Marcus de Barros Pinto Fone: (21) 3235-9833 E-mail: marcus.barros@neoenergia.com		
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.		
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.		
Informações não examinadas pelos auditores independentes.		
* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Notas	2018		2017		Passivo Circulante	Notas	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Caixa e equivalentes de caixa	4	247.348	282.571	45.680	225.106	Fornecedores	10	73.397	130.012	45.680	225.106
Contas a receber de clientes	5	149.971	302.435	192.443	183.159	Empréstimos e financiamentos	11	1.042	1.412	192.443	183.159
Instrumentos financeiros derivativos	11	15.710	87	1.577	805	Debêntures	11	4.200	5.284	1.042	1.412
Impostos e contribuições a recuperar	6	33.638	40.490	4.200	5.284	Salários e encargos a pagar	12	18.606	29.024	1.577	805
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	117.439	105.436	15.300	4.747	Encargos setoriais	13	15.300	4.747	117.439	105.436
Despesas pagas antecipadamente	-	13.324	11.209	2.849	2.171	Impostos e contribuições a recolher	13	2.849	2.171	13.324	11.209
Outros ativos circulantes	-	2.587	2.355	638	236	Dividendos e juros sobre capital próprio	15	638	236	2.587	2.355
Total do ativo circulante		580.017	744.583	355.094	581.720	Outros passivos circulantes	-	-	-	580.017	744.583
Não circulante						Total do passivo circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	11	53.022	48.793	220.864	193.465	Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.348	100	884.323	934.806	Empréstimos e financiamentos	11	4.622	-	220.864	193.465
Impostos e contribuições diferidos	7	88.855	104.535	4.622	-	Debêntures	11	13.110	15.		

despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - vide nota explicativa nº 16; (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 22; (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 14; (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 7.2.5. **Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. **Classificação e mensuração subsequente:** *Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. *Avaliação do modelo de negócio: política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018:* A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ao realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; - como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e - a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia. Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição: *Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018:*

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Política aplicada antes de 1º de janeiro de 2018:* A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: - empréstimos e recebíveis; - mantidos até o vencimento; - disponível para venda; e - ao VJR, e nesta categoria como: - mantidos para negociação; - instrumentos derivativos de *hedge*, ou - designado ao VJR. *Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicada antes de 1º de janeiro de 2018:*

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos não foram reconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) **Compensação de saldos ("offsetting"):** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iv) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"):** A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido. *Política aplicada após 1º de janeiro de 2018:* No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou extinto, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente. *Política aplicada antes de 1º de janeiro de 2018:* A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercício durante o qual o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado. **b) Análise do valor de recuperação dos ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **d) Impairment de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **e) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribui-

ções sociais correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (f) Despesas de imposto de renda e contribuições sociais correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do lucro esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O IIRJ e a CSL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IIRJ e da CSL correntes. A probabilidade de recuperação desses saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **f) Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD"):** A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis de aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 estão descritas na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 2.1. **h) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15 estão descritas na Nota 2.6. **i) Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **j) Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **k) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não funcionais que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis: I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers):** A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. A adoção da norma não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments):** A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. • **Classificação e Mensuração–** Ativos e passivos financeiros: • CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
R\$ mil			
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	243
Fundos de Investimentos	VJR	VJR	282.328
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	302.435
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	48.869
Non-deliverable forwards (NDF)	VJORA	VJORA	11
Total de ativos financeiros			633.886
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	130.012
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	419.972
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	1.069.096
Non-deliverable forwards (NDF)	VJORA	VJORA	1.412
Total de passivos financeiros			1.620.492

• **Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*):** Na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9, e optar por aplicar os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos. A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia. • **Redução ao valor recuperável (*impairment*) –** Ativos financeiros e ativos contratuais: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. **III – Outras alterações:** As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: - Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. - Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*). - Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40). - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. - ICPC 21/IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. **2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (f) **IFRS 16 Leases/CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil:** O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17. A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado o impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial nas condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base de 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor. Os impactos mais significativos identificados pela adoção das IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram em investimentos arrendamentos operacionais: (a) Terreno no qual foi construída a Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco S.A. Adicionalmente, a IFRS 16 substituiu a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 11. A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

	Saldos em 1º de janeiro de 2019	
Em R\$ mil	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	17.439	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	17.439
(f) ICPC 22/IFRIC 23 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção da norma. (iii) Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.		

Pronunciamento Técnico/Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
	<ul style="list-style-type: none"> Alterações em função da edição do CPC 06 (R2); Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017; Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. 	1º de janeiro de 2019
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.		
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convenções internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC

Pronunciamento Técnico/Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
Conceptual Framework in IFRS Standards	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 originalmente publicadas em 19 de fevereiro de 2018. As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício. Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados na seguinte categoria: • **Mudança nas políticas contábeis. 3.1 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017:**

	Ref. (Apresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Receita Líquida	(a) 1.166.596	(1.362)	1.165.234
Custo dos Serviços	(a) (885.706)	1.362	(884.344)
Despesas gerais e administrativas	(5.652)	-	(5.652)
Resultado de participações societárias	25.583	-	25.583
Receitas Financeiras	79.603	-	79.603
Despesas Financeiras	(253.587)	-	(253.587)
Impostos	(32.952)	-	(32.952)
Lucro líquido do exercício	93.885	-	93.885

(a) Reclassificação da Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) do custo do serviço para deduções da receita no montante de R\$ 1.362. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil. **3.2 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017:**

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	2017 (Apresentado)	Reclassificações	2017 (Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	126.837	(126.837)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	93.885	93.885
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	186.948	32.952	219.900
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(297.412)	-	(297.412)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(150.459)	-	(150.459)	-
Caixa oriundo das atividades operacionais	(134.086)	-	(134.086)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(15.185)	-	(15.185)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	175.655	-	175.655	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	26.384	-	26.384	-

(a) Reclassificação dos saldos do Lucro do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impactos nos grupos de Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e Aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil. **3.3 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017:**

Demonstração do valor adicionado	Ref.	2017 (Apresentado)	Reclassificações	2017 (Reclassificado)
Receitas	(a)	1.496.870	-	1.496.870
Insuamos adquiridos de terceiros	(a)	(836.276)	6	(836.270)
Depreciação e amortização	(76.702)	-	(76.702)	-
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	136.335	1.242	137.577
Valor adicionado total a distribuir	720.227	-	1.248	721.475
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		2.189	-	2.189
Impostos, taxas e contribuições	(a)	365.310	1.248	366.557
Remuneração de capitais de terceiros		258.843	-	258.843
Remuneração de capitais próprios		93.885	-	93.885

As bases de cálculo dos prejuízos fiscais e das diferenças temporárias são compostas como segue:

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão para contingências	386	386	386	386
Provisão PLR	276	276	183	183
Prejuízo fiscal	298.564	298.926	334.888	334.888
Marcação a mercado	(20.481)	(20.481)	(20.481)	(20.481)
Outros	27.157	27.157	32.128	32.662
Total ativo	305.302	306.264	347.104	347.638
Passivo (-)				
Ajuste da quota anual de amortização	(54.904)	(54.904)	(52.776)	(52.776)
Total do passivo	(54.904)	(54.904)	(52.776)	(52.776)
Total líquido	250.398	251.360	294.328	294.862

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	96.760	96.760	126.837	126.837
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.760	96.760	126.837	126.837
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	24.190	8.708	31.709	11.415
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(2.586)	3.808	(10.095)	(77)
Diferenças permanentes	11.449	3.803	(217)	(77)
Incentivos fiscais e outros	(14.035)	5	(9.878)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	21.604	12.516	21.614	11.338
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(7.264)	(2.615)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	14.340	9.901	21.614	11.338
Corrente	2.811	5.750	8.394	6.579
Recolhidos e Pagos	1.221	8.009	4.306	5.190
A pagar	2.020	3	5.102	1.396
Compensados e deduzidos	(430)	(2.262)	(1.014)	(7)
Impostos antecipados a recuperar	11.529	4.151	13.220	4.759
Diferido	14.340	9.901	21.614	11.338
Alíquota efetiva	14,82%	10,23%	17,04%	8,94%
Segue abaixo quadro de conciliação para o resultado:				
Corrente		2018		2017
Diferido		(8.561)		(14.973)
Diferido		(14.747)		(16.970)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(932)		(1.009)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		(24.241)		(32.952)

8. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

A Companhia possui participação acionária de 58% na investida Itapebi Geração de Energia S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Mais Valia	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	206.531	564.039	770.570
Equivalência patrimonial	56.732	-	56.732
Amortização da mais valia	-	(31.149)	(31.149)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(107.177)	-	(107.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	156.086	532.890	688.976
Equivalência patrimonial	27.028	-	27.028
Amortização da mais valia	-	(31.149)	(31.149)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(13.656)	-	(13.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	169.458	501.741	671.199

A Itapebi é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi e iniciou suas operações em 2003. Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício da investida em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	133.067	7.707
Contas a receber de clientes	38.676	113.691
Contas a receber de operações de mútuo	111.670	159.697
Outros ativos circulantes	13.604	6.401
Total do Ativo circulante	297.017	287.496
Não circulante		
Contas a receber de operações de mútuo	-	141.899
Imobilizado	409.880	400.358
Outros ativos não circulantes	100.242	74.084
Total do Ativo não circulante	510.122	636.341
Ativo total	807.139	923.837
Passivo e patrimônio líquido Circulante		
Fornecedores	9.578	63.107
Empréstimos e financiamentos	1.548	87.892
Debêntures	74	157.952
Instrumentos financeiros derivativos	645	14.069
Dividendos e juros sobre capital próprio	126.130	105.436
Outros passivos circulantes	15.235	11.674
Total do Passivo circulante	153.210	440.130
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	187.992	161.066
Debêntures	99.639	99.639
Outros passivos não circulantes	55.934	35.332
Total do Passivo não circulante	343.565	196.398
Patrimônio líquido		
Capital social	202.525	202.525
Reservas de capital	55.174	55.174
Reservas de lucros	52.665	29.610
Total do patrimônio líquido	310.364	287.309
Passivo e patrimônio líquido total	807.139	923.837
	2018	2017
Demonstração do resultado		
Recita operacional líquida	320.772	383.232
Custo de bens e serviços vendidos	(190.237)	(205.578)
Resultado bruto	130.535	177.474
Despesas (despesas) operacionais	(49.769)	(23.667)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	80.766	153.807
Despesas (despesas) financeiras	(19.532)	(15.459)
Lucro antes dos impostos	61.234	138.348
Imposto de renda e contribuição social	(14.633)	(40.533)
Lucro líquido do exercício	46.601	97.815

O investimento da Itapebi é apurado pelo método de equivalência patrimonial, tendo em vista que a Neoenergia é a acionista que detém o controle da Itapebi. Dessa forma, a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

9. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	2018	2017
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)		
Depreciação acumulada		
Valor líquido		
Valor líquido		
Em serviço		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,31%	178.428
Máquinas e equipamentos	5,68%	991.415
Móveis e utensílios	7,23%	636
Total	1.170.479	(539.902) 630.577 676.173
Em curso		
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.718	-
Máquinas e equipamentos	198.189	-
Móveis e utensílios	38	-
Material em depósito	21.290	-
Adiantamento a fornecedores e outros	4.426	-
Total	239.661	(239.661) 188.275
Total	1.410.140	(539.902) 870.238 864.448

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa nº 674 da ANEEL. A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	2018	2017
Em serviço		
Adições		
Baixas		
Depreciação		
Transferências		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.170.579	(494.406) 676.173
Adições		
Baixas		
Depreciação		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.170.479	(539.902) 630.577 239.661 870.238

10. FORNECEDORES

	2018	2017
Energia Elétrica	46.117	34.593
Terceiros	991.415	29
Partes relacionadas (nota 20)	46.117	34.564
Encargos de uso da rede	3.332	3.408
Terceiros	3.324	3.400
Partes relacionadas (nota 20)	8	8
Materiais e serviços	23.948	92.011
Terceiros	20.227	67.116
Partes relacionadas (nota 20)	3.721	24.895
Total	73.397	130.012

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2018		2017	
	Divida	Derivativos	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos				
Moeda nacional				
Banco do Brasil	-	-	376.342	-
Santander	43.570	-	43.570	43.916
(-) Custos de transação	-	-	-	(1.687)
Total Moeda Nacional	43.570	-	43.570	418.571
Circulante	43.570	-	43.570	225.106
Não Circulante	-	-	-	193.465
Moeda estrangeira				
Banco Tokio	222.974	5.664	228.638	-
Non-deliverable Forwards – NDF	(15.596)	(15.596)	1.401	1.401
Total Moeda Estrangeira	222.974	(9.932)	213.042	1.401
Circulante	2.110	(14.554)	(12.444)	1.401
Não Circulante	220.864	4.622	225.486	-
Total Empréstimos e Financiamentos	266.544	(9.932)	256.612	419.972
Circulante	45.680	(14.554)	31.126	226.507
Não Circulante	220.864	4.622	225.486	193.465
	2018	2017		
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Derivativos				
Derivativos	1.086.842	(53.136)	1.033.706	1.080.207
(-) Custos de transação	(10.076)	-	(10.076)	(11.111)
Total Derivativos	1.076.766	(53.136)	1.023.630	1.069.096
Circulante	192.443	(114)	192.329	183.083
Não Circulante	884.323	(53.022)	831.301	886.013
Endividamento Total	1.343.310	(63.068)	1.280.242	1.489.068
Endividamento Total - Circulante	238.123	(14.668)	223.455	409.590
Endividamento Total - Não Circulante	1.105.187	(48.400)	1.056.787	1.079.478

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão evidenciadas abaixo:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais		Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
			2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2030				
Banco do Brasil Bradesco	Real Dólar	Capital de Giro / Investimentos NDFs	2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	373.670	129 9.111	
Itaú Morgan Stanley	Dólar Dólar	Capital de Giro / Investimentos NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021 2019 a 2020	Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	-	2.637 254	
MUFG	Dólar	Capital de Giro	109,00% a 124,40% do CDI / IPCA + 0,9500% / IPCA - 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2022	Aval da Neoenergia	224.181	228.639	
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / IPCA + 0,9500% / IPCA - 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	555.500	183.734	
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / IPCA + 0,9500% / IPCA - 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	120.000	106.914	
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / IPCA + 0,9500% / IPCA - 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	200.000	29.967	
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / IPCA + 0,9500% / IPCA - 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	400.000	399.966	
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / IPCA + 0,9500% / IPCA - 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	300.000	303.049	
Santander	Real	Capital de Giro / NDFs / Opções	127,50% do CDI	2019	Aval da Neoenergia	41.823	43.441	
Santander	Real	Capital de Giro / NDFs / Opções	127,50% do CDI	2019	Aval da Neoenergia	-	3.595	
						2.215.174	1.280.242	

11.1. Empréstimos e financiamentos: A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	130.001	284.076	155.125	-	569.202
Encargos	68.823	-	1.584	-	70.407
Variação monetária e cambial	-	-	413	-	413
Derivativos	-	-	8.211	637	8.848
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	222	-	222
Transferências	132.434	(90.611)	(41.186)	(637)	-
Amortizações de principal	(53.979)	-	(122.968)	-	(176.947)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias, cambiais e swap liquidadas	(54.005)	-	-	-	(54.005)
(-) Custos de transação	1.832	-	-	-	1.832
Saldos em 31 de dezembro de 2017	225.106	193.465	1.401	-	419.972
Ingressos	-	-	224.181	224.181	448.362
Encargos	28.380	-	2.086	-	30.466
Variação monetária e cambial	-	-	(3.317)	(3.317)	-
Derivativos	-	-	(61.079)	3.	

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e naturezas das transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo / Passivo	Receita / (Despesa)			
	2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Custo) de Energia Elétrica					
COELBA	(a.1)	16.200	20.694	131.483	131.025
CELPE	(a.2)	129.815	165.026	1.052.084	1.050.237
NE ENERGIA S.A.		(34.564)	(109.155)	(109.155)	(290.477)
		146.015	151.556	1.074.412	890.785
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
CELPE	(b)	-	-	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(4)	(3)	(41)	(52)	(7)
SE NARANDEIBA S.A.		(1)	(5)	(7)	(7)
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	(4)	(3)	(41)	(55)	(55)
	(8)	(7)	(87)	(114)	(114)
Serviços Administrativos					
ELEKTRO O&M	(e)	-	(448)	(7.246)	(11.507)
IBERDROLA GENERACION	(d)	(3.721)	(24.447)	(54.520)	(43.526)
		(3.721)	(24.895)	(61.766)	(55.033)
Dividendos e JSCP					
NE ENERGIA	(c)	(15.300)	(4.747)	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(c)	117.439	105.436	-	-
		102.139	100.689	-	-
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo					
NEOENERGIA	(f)	9.842	8.466	(18.574)	(8.466)
		9.842	8.466	(18.574)	(8.466)
		254.267	235.409	993.985	827.172

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. a.2) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis. b) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. c) Valor referente a dividendos a receber da investida e a pagar para a controladora. d) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção (em moeda estrangeira). "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGPM. e) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção (em moeda nacional). "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGPM. f) Cobrança de *fee* pelos avisos dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia. 20.1. Remuneração da administração: Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 11 de abril de 2018, teve como proposta o montante de até R\$ 103 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. Até dezembro, o montante pago foi de R\$ 77 (R\$ 799 em 31 de dezembro de 2017), incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	2018	2017
Remuneração recorrente	77	459
Benefício de curto prazo	-	251
Benefício de longo prazo	-	89
Total	77	799

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) **Considerações gerais e políticas internas:** A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. b) **Gestão de risco de mercado:** Risco cambial: A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial e parte dos desembolsos atrelados ao dólar americano. As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxa de juros são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". c) **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 247.270 em fundos exclusivos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas *forwards* de mercado para os indexadores e moedas.

	Fluxo de caixa		Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023
	Valor contratual	Contábil						
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	266.544	341.517	-	57.436	11.446	94.306	178.329	-
Debêntures	1.076.766	1.606.085	-	278.624	182.656	492.793	543.411	108.601
Fornecedores	73.397	73.397	73.397	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Swap cambial e de taxa de juros	(42.472)	(62.807)	-	1.806	(20.926)	(26.743)	(16.944)	-
<i>Non-deliverable Forwards</i> (NDF)	(15.596)	(15.596)	-	(15.596)	-	-	-	-

d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito junto a contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional ⁽¹⁾	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	AAA	AA
BNP Paribas	Aa1	AAA	AAA
Bradesco	Aa1	AAA	AA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AAA
Citibank	Aa1	AAA	AAA
Goldman Sachs	A1	AAA	AAA
Itaú	Aaa	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	AAA
Morgan Stanley	Aaa	AAA	AAA
MUFG	Aa3	AAA	AAA
Votorantim	Aa3	AAA	AAA

(1) Banco de America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	149.971	302.435
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	247.348	282.571

e) **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições de derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. (i) **Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados pelo IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

	Valor de referência	Vencimento	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017	2018	2017
Swap USS pós vs R\$ pós				
Ativo	57.623	-	228.676	-
Passivo	227.636	-	(234.340)	-
Líquido		2022	(5.664)	
Swap IPCA vs CDI				
Ativo	161.947	155.984	175.931	170.228
Passivo	121.390	121.412	(122.785)	(121.412)
Risco de crédito	-	-	(10)	53
Líquido			53.136	48.869

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo. (ii) **Programa de *hedge* das *Non-Deliverable Forward* - NDF:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

	Valor de referência	Vencimento	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017	2018	2017
NDF				
Termo USD	41.069	189.292	2019	15.596
Líquido				16.997

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo. **Tratamento contábil dos instrumentos derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: (i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado. (ii) *Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos

de *hedge* e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado. f) **Análise de sensibilidade:** Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. - Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar				(222.974)	-	(55.744)	(111.488)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(S)	Dólar	3,8748	228.676	-	57.169	114.337
Exposição Líquida				5.702		1.425	2.849
NDF							
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(S)	Queda do Dólar	3,8748	15.596	-	(38.200)	(76.400)
Exposição Líquida				15.596		(38.200)	(76.400)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	247.270	15.825	(3.956)	(7.913)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,4%	(1.138.536)	(86.998)	(21.749)	(43.499)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,4%	(357.125)	(25.320)	(6.330)	(12.660)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	(161.893)	(16.623)	(1.262)	(2.524)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	161.947	16.629	1.262	2.525

22. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; **Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações diretas ou indiretas em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)				
Mensurados pelo custo amortizado				
Contas a receber de clientes	149.971	149.971	302.435	302.435
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	1	300.484	301.451	331.451
Swap de taxa de juros	2	247.348	247.348	282.571
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente				
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF)	2	15.596	15.596	11
Passivos financeiros (Circulante/ Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado				
Fornecedores	2	1.033.683	1.033.683	1.666.548
Empréstimos e financiamentos	2	73.397	73.397	130.012
Debêntures	2	43.570	43.570	418.571
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	2	383.024	383.024	-
Debêntures	2	222.974	222.974	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente				
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF)	2	5.664	5.664	(1.412)
Swap de taxa de juros e cambial	2	5.664	5.664	(1.412)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Termopernambuco S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos	Como auditoria endereçou esse assunto
Veja a Nota 7 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui créditos tributários registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e benefícios fiscais sobre mais valia oriunda de incorporação, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, dado o grau de julgamento necessário para a determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, base para a avaliação do valor recuperável dos créditos tributários, e pelo fato de qualquer mudança nas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos.	Nossos procedimentos incluíram avaliação e implementação dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros ou outras evidências suficientes para propiciar a recuperação pela Companhia do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Analisamos, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia relativos à projeção do lucro tributável futuro. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável o valor recuperável dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(b) Instrumentos financeiros derivativos	Como auditoria endereçou esse
--	-------------------------------